



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Trabalho profissional**

**O ESTUDO SOCIAL NA SAÚDE: UMA REFLEXÃO SOBRE A SUA POTENCIALIDADE NO  
COTIDIANO PROFISSIONAL EM UM HOSPITAL DE ALTA COMPLEXIDADE.**

**TAYNAN DA SILVA LIMA DOS SANTOS<sup>1</sup>**

**TAMIRYS GUERRA SILVA DOMINGUES<sup>2</sup>**

**ANDRESSA DA SILVA DE MORAES<sup>3</sup>**

**JULIANA GOUVÊA TALON SOARES<sup>4</sup>**

**ROSELI MELLO GUIMARÃES<sup>5</sup>**

## **RESUMO**

Este trabalho busca apresentar a experiência da equipe de Serviço Social do Programa Saúde do Adulto do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ) na atualização, elaboração e utilização do estudo social. Apresentamos o processo da construção do novo estudo social como um instrumento utilizado na prática profissional e sua importância para os atendimentos do Serviço Social na área da saúde em um hospital de alta complexidade.

**Palavras-chave:** Estudo Social. Prática Profissional. Serviço Social.

## **ABSTRACT**

This study seeks to present the experience of the Social Work team of the Adult Health Program at Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ) in updating, preparing and using the social study. We present the process of building the new social study as an instrument used in professional practice and its importance for social work care in the area of health in a highly complex hospital.

**Keywords:** Social Study. Professional Practice. Social Work.

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>3</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>4</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<sup>5</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca relatar a experiência da equipe de Serviço Social do Programa Saúde do Adulto do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na atualização, elaboração e utilização do estudo social como um instrumento da prática profissional. A equipe de Serviço Social criou um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar um novo instrumento, pois durante os atendimentos e a realização de/dos estudo social, a equipe notou que o instrumento utilizado estava desatualizado e sem informações consideradas essenciais para compreender de maneira ampla a questão social e familiar dos/as usuários/as atendidos no referido hospital.

“O estudo social consiste na elaboração de um planejamento que enfatize uma forma sistematizada e racional, pensado de forma crítica e reflexiva com o fim de desvelar traços da realidade social que possam levar ações interventivas que atendam as demandas sociais” (RODRIGUES e COSTA, 2019, p. 1). A partir da realização do estudo social, o/a profissional consegue compreender a realidade social do/as usuário/as, e assim, fazer as orientações necessárias, garantindo a continuidade do tratamento de saúde e a efetivação da universalidade do acesso à saúde como consta na Lei 8.880 de 19 de setembro de 1990.

Conforme aborda Guerra (2017), a profissão do Serviço Social na sua historicidade é permeada por dimensões diversificadas (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo) que se realizam diante das determinações postas no cotidiano profissional. Estas por sua vez possibilitam visualizar a profissão e o seu fazer profissional diante das complexidades apresentadas na realidade social. Vale ressaltar que essas dimensões não são neutras, mas interagem entre si, dando forma e respostas adequadas às demandas e legitimando socialmente a função exercida. A dimensão técnico-operativa da profissão constroi saberes inerentes ao fazer profissional, onde poderá promover a renovação ou reprodução dos modos de ser da profissão.

A elaboração do estudo social e o desenvolvimento deste trabalho está pautado nos princípios do código de ética da profissão (1993), buscando um posicionamento em favor da equidade e justiça social, assegurando a universalidade do acesso aos bens e serviços relativos a programas sociais, bem como sua gestão democrática. A equipe busca também reforçar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e o exercício profissional sem ser discriminado/a, nem discriminado por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Diante disso, será pontuado no presente trabalho a importância do instrumento para a prática profissional do/da assistente social, desenvolvendo sobre a experiência da construção do estudo social no Programa Saúde do Adulto do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ) e o debate a respeito da questão de raça/cor, gênero e sexualidade.

## 2 O ESTUDO SOCIAL NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO/DA ASSISTENTE SOCIAL

Inicialmente, compreende-se que, em conformidade com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2020), entende-se que realizar o estudo social é uma atribuição privativa da/do assistente social. Diante disso, tem-se a concepção de que para a elaboração do estudo social é preciso ter domínio sobre as dimensões - teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo - que estão intrínsecas no fazer profissional.

Assim, trazer a matéria de Serviço Social, na processualidade do estudo social e no registro de seu conteúdo em um documento, requer domínio desses pressupostos, requer entendimento de que “estudo” e “social” envolvem competência técnica e ética para “investigação” da “realidade social”, e capacidade de, nessa investigação e no produto dela decorrente, identificar e priorizar conteúdo afeto à finalidade do trabalho, do ponto de vista do Serviço Social, isto é, do ponto de vista do “corpus” teórico e da direção social dada pela profissão (CFESS, 2020, p.71).

As integrantes desse GT tem o entendimento de que a elaboração do estudo social não é algo simplesmente inerente à rotina de trabalho. O uso do referido instrumento deve procurar alcançar um objetivo e, portanto, deve ser utilizado “determinados meios, ou instrumentos de trabalho, para alcançar essa finalidade” (Ibid, 2020). Sendo assim, tornando-se possível apreender de um modo profundo, os determinantes sociais (saúde, alimentação, moradia, trabalho, gênero, raça/cor, aspectos socioeconômico, etc) e os atravessamentos que perpassam a vida do indivíduo.

Em conformidade com Mioto (2009), os estudos sociais<sup>6</sup> passaram por um desenvolvimento técnico ao longo do período. A priori, este instrumento estava vinculado ao Método do Serviço Social de Caso e, portanto, as relações sociais dos sujeitos eram vistas sob a ótica do imediatismo e a solução para os problemas sociais ficava como responsabilidade do indivíduo. Foi somente a partir do momento em que o Serviço Social passou a debater a profissão em uma perspectiva vinculada à teoria social de Marx, onde houve a contribuição para a

---

<sup>6</sup> Ou estudo socioeconômico. Mioto (2009) entende que estas palavras são sinônimas.

formulação de um novo projeto ético-político, que os estudos sociais passaram a ter uma nova configuração articulada em dois pontos principais.

O primeiro ponto (Ibid, 2009) diz respeito ao modo que os/as assistentes sociais interpretam as demandas que são atreladas a eles/as por meio dos sujeitos. Diante da mudança ocorrida através da aproximação dos ideais de Marx, as lacunas que eram trazidas pela população não são mais tidas como problemas meramente individuais, e sim como resultados da desigualdade social advinda de uma sociedade capitalista. E para tanto “o assistente social tem como objeto de sua ação as expressões da questão social, e essa premissa não admite que se vincule a satisfação das necessidades sociais à competência ou incompetência individual dos sujeitos” (Ibid, 2009, p.5).

O segundo ponto está atrelado a mudança que a teoria crítico-dialética impõe à ação profissional no que refere ao seu alcance e direção. Pois, por esta teoria pressupor que as soluções dos problemas dos indivíduos só se concretizarem a partir da transformação social, implica que os/as assistentes sociais tenham ações profissionais pensadas na teleologia.

A utilização do estudo social ocorre nas distintas áreas de atuação do/a assistente social, seja na esfera do sócio jurídico, previdência social, assistência social ou, como no caso do presente trabalho, na área da saúde, entre outros.

“O estudo social é atribuição profissional que aparece na grande parte dos documentos estudados, denotando ser um processo metodológico de intervenção comum a praticamente todas as áreas de trabalho.” (CFESS, 2022, p. 44)

De acordo com os Parâmetros para Atuação do Assistente Social na Saúde (CFESS, 2010), há quatro grandes eixos de atuação dentro do campo da saúde: “atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional” (CFESS, 2010, p.41). Tendo o estudo social como foco principal deste trabalho, o eixo que está em conformidade com o instrumento supracitado, é o eixo de atendimento direto ao usuário.

A partir deste atendimento direto ao/à usuário/a é possível realizar o que é chamado na área da Saúde do Adulto do HUPE de “abrir estudo social”, onde, a depender do projeto<sup>7</sup> em que o assistente social está inserido, é aberto com todos/as os/as usuários/as atendidos ou em casos específicos pré estabelecidos pelo projeto ou com aqueles nos quais identifica-se que há alguma necessidade em decorrência de expressões da questão social.

---

<sup>7</sup> No próximo tópico será esclarecido acerca dos projetos.

Segundo CFESS (Ibid, p. 42), a ação predominante no eixo do atendimento direto ao/a usuário/a é a ação socioassistencial. É neste eixo que a realização de estudo social está inserida: “elaborar estudos socioeconômicos dos usuários e suas famílias, com vistas a subsidiar na construção de laudos e pareceres sociais a perspectiva de garantia de direitos e de acesso aos serviços sociais e de saúde” (Ibid, p. 45).

Portanto, observa-se a relevância do estudo social no atendimento direto ao/as usuário/as visando compreender a totalidade da vida do/as usuário/as e desta forma, buscar elementos que deem embasamentos para enfrentar as múltiplas expressões da questão social.

### **3 A EXPERIÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTUDO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL DO PROGRAMA SAÚDE DO ADULTO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO**

O Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) constitui-se como uma unidade pública vinculada ao Sistema Único de Saúde, sendo responsável na realização de atendimentos de média e alta complexidade e contando com o trabalho profissional de assistentes sociais, esses se dividem em diferentes programas, que são: Saúde do Adulto; Saúde da Mulher; Saúde da Criança e Centro Universitário de Controle do câncer (CUCC). Esse relato de experiência se refere a atividade realizada pelo Programa da Saúde do Adulto, onde foi construído um Grupo de Trabalho com o objetivo de refletir e buscar analisar de forma sistemática e crítica o instrumento citado, para que fosse possível obter um arcabouço de conhecimento durante os questionamentos e discussões, capaz de gerar um estudo social atualizado, considerando as demandas postas cotidianamente na nossa prática profissional.

Nele nos propomos a pensar a atuação profissional do/a assistente social, considerando a necessidade de se refletir e aprimorar o estudo social, instrumento de trabalho importante e necessário no atendimento das necessidades dos sujeitos que procuram o serviço. Desta forma, o produto de todo o debate organizado pelo grupo, teve como intuito unificar o instrumental utilizado por todo o programa da Saúde do Adulto, que possuía no momento da sua elaboração projetos de áreas específicas em sua estrutura que são: Nefrologia, Neurologia, Hematologia, Urologia, Processo transexualizador, Doenças Infecciosas e Parasitárias (DIP), Reumatologia, Cirurgia Cardíaca e a Clínica Médica 11/12.

Para subsidiar a reformulação do instrumento, foram realizadas discussões com base em Miotto (2009) possibilitando a compreensão da utilização do estudo social no trabalho do/a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

assistente social de forma ampla. Durante a construção do trabalho, o grupo realizou importantes apontamentos, que facilitou olhar o estudo social compreendendo-o como subsídio para a construção de pareceres e laudos, onde se busca sistematizar as informações que abrangem o contexto social e familiar do/a usuário/a.

Além disso, apresenta-se com um instrumento que funciona como roteiro de aplicação para a entrevista social. Por esse motivo, deve ser prático, contendo as informações claras e de fácil manuseamento pelo profissional. Contudo, o grupo identificou que o estudo social que estava sendo utilizado pelo programa, possuía contradições, visto que, ao mesmo tempo em que continha muitas informações em desuso, inexistia inúmeros ítems indispensáveis para a real compreensão do contexto social em que o/a usuário/a está inserido na atualidade.

Outro apontamento significativo é que em cada projeto que faz parte do Programa Saúde do Adulto há suas particularidades, mas que essas situações específicas não impactam a formulação do estudo social unificado para toda a área, visto que cada projeto poderá anexar as informações específicas e relevantes ao seu objetivo de trabalho.

Houveram diversas reflexões sobre a real finalidade em se reestruturar o estudo social e pensar em formas de sistematização para que este não se torne apenas uma ferramenta burocratizada e rotineira do trabalho. O estudo social é uma ferramenta de diagnóstico que subsidia o atendimento e organização dos serviços de base para a promoção de políticas públicas. Mediante a extensas discussões, iniciou-se o planejamento para a configuração e formatação desse instrumento, no qual foram colocados pontos para serem refletidos, dentre eles a formatação, de modo que fosse clara, acessível e funcional. Repensar sobre as informações que serão colhidas através do estudo no momento do atendimento com o/a usuário/a, pode trazer como um dos pontos a necessidade de atribuir a inclusão dos quesitos orientação sexual<sup>8</sup>, gênero identificado<sup>9</sup> e sexo designado no nascimento e possibilitar a identificação do público atendido, construindo uma atuação profissional de forma direcionada.

Foi ponderado pela equipe a necessidade não só em incluir esses itens, mas também preparar os profissionais para a compreensão da diferença entre os elementos para que a abordagem seja realizada de forma qualificada. Nesse sentido, a equipe pontua sobre o lugar

---

<sup>8</sup> A atração sexual que sentimos por outra pessoa (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022, p.12).

<sup>9</sup> Como cada pessoa se reconhece independente do gênero no qual lhe foi atribuído ao nascer (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022, p.11).

político e pedagógico do estudo social e a necessidade em utilizar os termos que são pautados dentro dos movimentos sociais LGBTQIAP+.

Considerou-se a perspectiva de que através da aplicação do estudo social é possível realizar uma leitura crítica da realidade do/a usuário/a de forma abrangente. Esse instrumento apresenta um reflexo dos objetivos profissionais dos assistentes sociais que devem se pautar no Projeto Ético Político Profissional. Por essa razão, dimensões como gênero, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero não devem ser desconsideradas.

#### **4 A IMPORTÂNCIA DO QUESITO RAÇA/COR E DA QUESTÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ESTUDO SOCIAL**

O estudo social é um instrumento capaz de refletir os objetivos profissionais dos/as assistentes sociais que devem estar relacionados com o Projeto Ético Político Profissional, articulados à uma atuação crítica e possibilitando uma leitura da realidade dos/as usuários/as em sua totalidade. Dessa forma, cabe ressaltar que a atuação de profissionais de Serviço Social deve ser direcionada a partir dos princípios estabelecidos pelo Código de Ética do Serviço Social de 1993, ou seja, em defesa dos direitos da classe trabalhadora, reconhecendo a liberdade como valor ético central, em defesa dos direitos humanos, da democracia e da eliminação de todas as formas de preconceito, visando contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (CFESS, 1993). Sendo assim, destacamos aqui a importância de ao elaborarmos um estudo social não desconsiderarmos as dimensões de cor, raça, orientação sexual e identidade de gênero.

A partir disso, entendemos não só a importância destas dimensões estarem inseridas, mas a necessidade de compreensão dos profissionais frente às diferenças entre cada elemento, para que as abordagens aos usuários/as sejam realizadas de forma efetiva e qualificada, não se apresentando apenas como um instrumento de coleta de dados, mas um estudo que seja capaz de responder os objetivos determinados e que contribuam para uma prática profissional que visa responder às demandas apresentadas pelos usuários/as.

Foi identificado nos estudos sociais realizados anteriormente pela a equipe, a falta do preenchimento do quesito raça/cor. Diversos fatores colaboraram para a falta do mesmo, seja por vergonha de perguntar ou não considerarem a importância dessa informação. Em 2017 a Portaria nº 343 do Ministério da Saúde regulamentou a obrigatoriedade do preenchimento do quesito



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Assim, adotamos no nosso novo estudo a classificação nos termos do IBGE: preta, parda, amarela, indígena ou branca. Sendo importante ressaltar que essas categorias são auto atribuídas, que significa a autodefinição do próprio usuário/a. Além disso, ressaltamos a necessidade de capacitações permanentes para a compreensão da importância do preenchimento dessa informação (BRASIL, 2023, p.6).

Como Eurico (2022) analisa, a partir da categoria raça conseguimos identificar as pessoas de acordo com seu grupo de origem e os processos de inclusão e exclusão a que estão submetidas. Contudo, a categoria raça não está relacionada com a concepção biológica, mas com a concepção social. Dessa forma, as manifestações de preconceito étnico-racial são desenvolvidas a partir do processo de sociabilidade e referente às características física, intelectual, culturais e religiosas das quais definem o lugar social de cada grupo e indivíduo. Bem como o quesito cor não está relacionado de forma literal com as cores, pois nenhuma pessoa possui em suas características físicas a cor branca, a cor amarela e nem a cor preta.

Compreender o motivo da pergunta auxilia também para o não constrangimento tanto do profissional ao realizar o estudo, quanto do/a usuário/a. Dessa forma, o/a assistente social possui elementos para justificar a sua pergunta em relação a pontos pessoais principalmente relacionados a gênero, orientação sexual, raça e cor, pontos que são carregados de preconceitos, medos e estigmas.

Sendo assim, a partir da coleta desse quesito possibilita conhecer a população usuária e contribuir com a identificação do lugar que a mesma está na sociedade, ela permite também o planejamento e o desenvolvimento de ações profissionais capazes de refletir e buscar intervir diretamente nas particularidades que atravessam as suas vidas diariamente a partir das diversas formas de manifestação do racismo. Contribuindo também para maior visibilidade das desigualdades de acesso aos direitos fundamentais como saúde, educação, lazer, trabalho, alimentação, moradia, entre outros.

Tais observações também foram relevantes para as reflexões diante dos quesitos relacionados às individualidades presentes na comunidade LGBTQIA +. Um dos primeiros itens presente no estudo social é o espaço para o nome social<sup>10</sup> que é um direito dos/as usuários/as

---

<sup>10</sup> Designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida (BRASIL, Decreto nº 8.727, de 28 de Abril de 2016).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

previsto a partir do decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis<sup>11</sup> e transexuais<sup>12</sup> no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Para além da garantia do direito estabelecido pelo decreto de conter o campo do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero, a presença destes itens no estudo social possibilita a ampliação de acesso de pessoas transgênero e travestis e busca enfrentar possíveis desconfortos ou constrangimentos que possam se apresentar como um obstáculo para acessar à Política de Saúde.

Nesta direção o estudo social possui o item sexo identificado no nascimento com as opções feminino e masculino, para que o/a usuário/a consiga indicar qual sexo foi designado no seu nascimento e em seguida as opções sim ou não para responder se o que foi designado ao seu nascimento corresponde com o que particularmente se identifica. Caso o/a usuário/a responda não se identificar, foram inseridas as opções homem trans, mulher trans, não binário<sup>13</sup>, travesti, queer<sup>14</sup> e intersexo<sup>15</sup> seguido da opção outro com espaço para que o/a usuário/a possa descrever outra identidade de gênero que não esteja contemplada no estudo social. Cabe destacar que entendemos como identidade de gênero a “dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.” (BRASIL, Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016).

Outro quesito que consideramos de extrema importância para a construção do estudo social e a realização do atendimento à população visando a sua totalidade é o item sobre a

---

<sup>11</sup> Identidade latino-americana relacionada ao gênero feminino que está incluída na transsexualidade. Exemplo: Pessoa que nasceu com pênis, foi registrada como "sexo masculino", o gênero "homem" foi designado, e a pessoa se reconhece como "travesti" (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022, p.11)

<sup>12</sup> Conceito "guarda-chuva" que inclui inúmeras identidades de pessoas que não se identificam com o gênero no qual lhe foi atribuído ao nascer (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022, p.9).

<sup>13</sup> As pessoas não binárias, são pessoas transexuais que não se identificam completamente com os gêneros homem e mulher. A não binariedade também é um conceito "guarda-chuva" e inclui uma enorme variedade de identidades de gênero diferentes das reconhecidas em nossa sociedade (homem e mulher). Exemplo: Pessoa que nasceu com vagina, foi registrada como "sexo feminino", o gênero "mulher" foi designado, e a pessoa não se reconhece e não segue normas tradicionais de ser homem ou mulher (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022, p.11).

<sup>14</sup> Termo que inclui todas as pessoas que não se sentem representadas sobre as noções de gênero e sexualidade tidas como o padrão social (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022, p.10).

<sup>15</sup> Pessoas nascem com padrões cromossômicos e/ou anatomia sexual que não são o padrão tido como feminino ou masculino (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022, p.11).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

orientação sexual que é composto pelas categorias heterossexual<sup>16</sup>, homossexual<sup>17</sup>, bissexual<sup>18</sup>, assexual<sup>19</sup>, pansexual<sup>20</sup> e contendo também a opção não quis responder, que é um direito das pessoas não responderem sobre a sua orientação sexual. Entretanto, compreendemos a necessidade dos/as profissionais explicarem sobre a importância deste quesito e a coleta de dados durante a realização do estudo social para a elaboração de ações profissionais e políticas sociais qualificadas e capazes de responder efetivamente às demandas colocadas por estes usuários.

Destacamos também a importância de compreender o contexto familiar e a rede de suporte, quem são as pessoas que esses/as usuários/as podem contar caso precisem. Em todos os atendimentos faz-se necessário entender quem são as pessoas que estão disponíveis para os/as usuários/as, mas para os/as usuários/as pertencentes a comunidade LGBTQIAP+ faz-se ainda mais importante, pois historicamente essa população tem maiores chances de terem vínculos familiares e de amizades fragilizados ou rompidos devido o preconceito e a discriminação presente na sociedade brasileira. Sendo assim, o preenchimento dos itens que contemplam esses quesitos são extremamente importantes, pois contribuem ainda mais para a realização de ações qualificadas.

Neste sentido modificamos também no estudo social o item sobre a filiação dos/as usuários/os que continha as opções de pai e mãe e deixamos apenas filiação considerando as diferentes formas de famílias que existem em nossa sociedade, visando o enfrentamento ao preconceito e discriminação presentes no âmbito da saúde.

Sendo assim, partimos da compreensão da necessidade de abranger todas as especificidades presentes na comunidade LGBTQIAP+ visando conhecer o/a usuário/a em sua totalidade, como se identifica e se reconhece diante da sociedade. Bem como que se declaram pretos, pardos, amarelos e indígenas, pessoas que sofrem diariamente com o racismo no país. A

---

<sup>16</sup> Pessoa que sente atração sexual apenas pelo gênero oposto (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022, p.12).

<sup>17</sup> Pessoa que sente atração sexual apenas pelo mesmo gênero que se identifica (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022, p.12).

<sup>18</sup> Pessoa que sente atração sexual por mais de um gênero (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022, p.12).

<sup>19</sup> Pessoa que não sente atração sexual e/ou sente em níveis mais baixos atração sexual (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022, p.12).

<sup>20</sup> Pessoa que sente atração sexual independente do gênero (PRADO, SILVA, DEPOLE, 2022, p.12).

partir disso, podemos planejar e desenvolver ações qualificadas e direcionadas aos usuários/as atendidos pelo Serviço Social no âmbito da saúde do mesmo modo que a articulação com outras instituições que possibilitem o acesso a saúde a partir do seu conceito ampliado estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e as leis que regem o Sistema Único de Saúde.

## 5 CONCLUSÃO

Compreendendo a importância do estudo social para a prática profissional do/da assistente social na área da saúde e sendo ele um instrumento utilizado pelo Serviço Social ao longo dos seus atendimentos, o grupo de estudo elaborado pelo Serviço Social do Programa Saúde do Adulto do HUPE buscou discutir sobre instrumentalidade, quesito raça/cor, gênero e sexualidade a fim de fomentar o debate a respeito do estudo social dentro da área da saúde.

Ao longo dos encontros do GT e das discussões presentes, notamos que a maior parte das bibliografias referentes ao estudo social estão vinculadas à área jurídica, sendo esse instrumento bastante utilizado pelos profissionais nessa área. Consoante a isso, a partir do trabalho do Serviço social na área da saúde em um hospital de alta complexidade e a utilização diária do estudo social na prática profissional, fez-se necessário uma atualização do instrumento que estava em uso e a abertura de um debate amplo para a compreensão dos pontos trazidos ao longo dos atendimentos pautados por meio da realização desse estudo.

A partir do estudo social o profissional consegue ter acesso de maneira abrangente a realidade social vivenciada pelo/a/ usuário/a, sendo possível fazer as orientações essenciais para que eles acessem os seus direitos devido ao seu quadro de saúde. Diante disso, “a atuação da/o assistente social, quando da realização de estudo social, pressupõe o reconhecimento e a identificação da sua finalidade, em tese, alinhada ao projeto ético-político da profissão” (CFESS, 2020, p. 28).

O presente trabalho buscou relatar sobre a importância do estudo social como um instrumento inserido na prática profissional dos/das assistentes sociais na saúde, pois de acordo com Conselho Federal de Serviço Social (2020), tal instrumento é uma atribuição privativa dos profissionais de Serviço Social, precisando ser articulado com o projeto ético-político da profissão. Portanto, “O estudo social é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

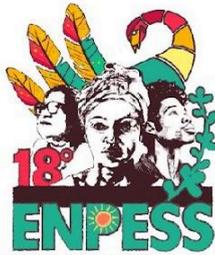
10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

expressão da questão social, objeto da intervenção profissional (FÁVERO, 2014, p.53-54 *apud* CFESS, 2020, p. 72).

Destarte, a partir do estudo social na área da saúde é possível realizar uma reflexão sobre a potencialidade do instrumento no cotidiano profissional em um hospital de alta complexidade, como é o caso do HUPE/UERJ, buscando elementos que possam qualificar a ação profissional, e como consequência, promover um melhor acesso do/a usuário/a à unidade de saúde. Compreende-se também que o debate a respeito do estudo social não se esgota neste artigo e nem na utilização do mesmo na cotidianidade dos/das profissionais, sendo um assunto recorrente e fundamental no Serviço Social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República de 1988*. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >. Acesso em: 20 jul 2024.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e funcional. Disponível em: <  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm?=&undfined](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm?=&undfined) >  
Acesso em: 10 ago 2024.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm) >. Acesso em: 20 jul 2024.

\_\_\_\_\_. *Ministério da Saúde. Diário Oficial da União. Portaria nº 344, de 1º de Fevereiro de 2017*. Brasília, 2017. Disponível em:  
<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=62&data=02/02/2017>  
> Acesso em: 20 de ago 2024.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Manual do Quesito Cor/Raça e Etnia do Senado Federal*. Brasília. 2023. Disponível em: <  
[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642501/Manual\\_quesito\\_cor\\_raca\\_etnia\\_SF.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642501/Manual_quesito_cor_raca_etnia_SF.pdf?sequence=1&isAllowed=y) >. Acesso em: 19 jul 2024.

CFESS. *Código de ética da/do assistente social*. Disponível em:  
<[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf) >. Acesso em: 20 jul 2024.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde*. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais (2). Brasília: CFESS, 2010. Disponível em:  
<[http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atuacao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saud\\_e.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saud_e.pdf) >. Acesso em: 19 jun 2024.

\_\_\_\_\_. *Produção de Documentos e Emissão de Opinião Técnica em Serviço Social*. Brasília, DF, 2022. E-book.

\_\_\_\_\_. *Sistematização e Análise de Registros da Opinião Técnica Emitida Pela/o Assistente Social em Relatórios, Laudos e Pareceres, Objeto de Denúncias Éticas Presentes em Recursos Disciplinares Julgados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)*. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <  
<https://www.cfess.org.br/arquivos/registros-opinio-technica.pdf> >. Acesso em: 19 jul 2024.

EURICO, Márcia Campos. *Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia*. CFESS. 2022. Disponível em: <  
<https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-technica-raca-cor-2022-nov.pdf> >. Acesso em: 20 jul 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

GUERRA, Yolanda. *A Dimensão Técnico-operativa do Exercício Profissional*. A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Cláudia Mônica dos Santos, Sheila Backx, Yolanda Guerra (org). - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2017.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Estudos socioeconômicos. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em:  
<<https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCfess-DocOpinioTecnica2022-Final.pdf> > Acesso em: 19 jun 2024.

PRADO, Carla Cristina Pianca do; SILVA, Carla Regina; DEPOLE, Bárbara de Fátima. *Guia informativo para profissionais da saúde para o cuidado à população LGBTQIA+*. a. – São Carlos : UFSCar/CPOI, 2022. Disponível em:  
<<https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/cpoi/guia-informativo-para-profissionais-da-saude-para-o-cuidado-a-populacao-lgbtqia.pdf> > Acesso em: 20 ago 2024.

RODRIGUES, Maria José da Guia; COSTA, Roberta Justina da. *ESTUDO SOCIAL: reflexões para conhecer da realidade social*. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Maranhão. 2019. Disponível em:  
<[https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoid\\_1634\\_16345cca4152cc564.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoid_1634_16345cca4152cc564.pdf) >. Acesso em: 13 ago 2024.